



RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL

PNR E PEC. IR MAIS LONGE. RESPONDER ÀS NECESSIDADES DO PAÍS E DOS PORTUGUESES.

O Governo apresentou ao País e aos Parceiros Sociais dois documentos basilares para a definição da estratégia de desenvolvimento do País - o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) e o Programa Nacional de Reformas (PNR) -, os quais devem ser objecto de uma apreciação conjunta, na medida em que o primeiro deveria ser a tradução financeira e orçamental das opções de política e definição de prioridades assumidas no segundo.

A UGT manifestou a sua concordância, na generalidade, com os Pilares do PNR, os quais vão ao encontro de preocupação que há muito a UGT vem expressando em domínios estruturais para Portugal, como é o caso da melhoria das qualificações, da valorização do interior e da promoção da coesão social e territorial ou a modernização do Estado, ainda que nem sempre com as respostas ou os equilíbrios que desejaríamos.

Com efeito, áreas como a melhoria dos serviços públicos – em que importaria um maior enfoque no acesso e na qualidade dos mesmos e na valorização dos seus activos -, o reforço da aposta na aprendizagem ao longo da vida e na qualidade do emprego como factores essenciais para um modelo de desenvolvimento sustentado poderiam conhecer um maior aprofundamentos e uma maior centralidade neste PNR.

Contudo, é com alguma apreensão que a UGT constata que algumas das opções definidas no PNR pareçam não conhecer uma tradução mais efectiva e clara nos compromissos financeiros a assumir perante Bruxelas em matéria orçamental.

Num quadro macroeconómico mais favorável, em que a generalidade dos indicadores excede as anteriores previsões do próprio Governo, não é aceitável a continuidade de uma estratégia centrada sobretudo na redução da dívida e do défice orçamental, visando ir mais longe até do que o exigido por Bruxelas, em detrimento de uma maior disponibilidade financeira para a aposta em mais e melhor crescimento e na valorização das pessoas.

A UGT considera que, no quadro actual, é importante que o Governo responda às expectativas e às necessidades das pessoas.

Maiores níveis de investimento público (nomeadamente em áreas sociais como a Saúde, Educação e a Justiça), uma aposta na revitalização dos serviços públicos e um real aprofundamento de uma nova política de rendimentos para os portugueses, quer por via da redução da carga fiscal quer pelo retomar da normalidade negocial na política salarial da Administração Pública, são opções inadiáveis.

A UGT deve salientar a importância para o País de que os avanços nessas e noutras áreas se faça num quadro de consenso social e político alargado que garanta uma estabilidade das políticas públicas e, nesse quadro, deve saudar a celebração de um acordo entre o Governo e o PSD em torno das prioridades políticas em domínios estruturantes como a descentralização e o próximo quadro financeiro comunitário.

A UGT espera ainda que o Governo traduza efectivamente no PNR e no PEC a margem de manobra que, do ponto de vista orçamental, se afirma hoje existir, assumindo uma estratégia que responda às expectativas expressas pelos parceiros sociais, aprofundando a via dos últimos anos de conciliação do rigor orçamental e de promoção do crescimento com uma maior sensibilidade social.

O PAÍS PODE MAIS. VALORIZAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS E OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS.

A actual situação das contas públicas, o crescimento verificado e estimado e os valores significativos de inflação acumulada entre 2018 e 2022 previstos no Plano de Estabilidade e Crescimento apresentado pelo Governo, devem levar que não possa continuar a ser adiado o aumento dos salários na Administração Pública, sendo inaceitáveis posições, como se verifica no próprio PEC, que indiciam que apenas em 2022 tal se possa vir a verificar, uma vez que isso conduziria à inaceitável continuidade do percurso de perda do seu poder de compra.

Assim, e mesmo registando positivamente a maior flexibilidade já expressa pelo Primeiro-Ministro quanto a esta matéria, cumpre-nos exigir claramente a retoma da normalidade do processo negocial na Administração Pública e que o Orçamento do Estado para 2019 não inclua quaisquer normas que impeçam revalorizações remuneratórias, quer seja por via de aumentos nominais, quer seja por via da progressão ou promoção nas carreiras.

Posto isto, todos os salários e pensões da Administração Pública e demais prestações pecuniárias, incluindo o subsídio de refeição e os subsídios específicos atribuídos aos trabalhadores das regiões autónomas, têm de ser actualizados já em 2019, permitindo alguma recuperação do poder de compra perdido pelos trabalhadores e pensionistas e travando a degradação dos salários, que é superior a 12% desde 2011.

Os aumentos do salário mínimo verificados nos últimos anos, numa trajectória que deverá conhecer continuidade e em que, para tal, a UGT apresentou já a justa proposta de o valor daquele agregado atingir os 615€ em 2019, torna ainda urgente rever a Tabela Remuneratória Única de modo a que se restabeleça a diferença de cerca de 50 euros entre posições remuneratórias, com especial atenção para as posições iniciais.

Na sequência do compromisso negocial assumido pelo Governo com os Sindicatos, devidamente calendarizado, que prevê o descongelamento das progressões e promoções nas carreiras da Administração Pública, lutaremos para que todos os orçamentos dos diversos ministérios e das autarquias contemplem as verbas necessárias para que esse descongelamento seja uma realidade para todos os trabalhadores já no início de 2019 e para que se iniciem processos de negociação relativos às carreiras inalteradas, carreiras subsistentes e carreiras não revistas.

Mais, consideramos fundamental que o Governo convoque as organizações sindicais para a negociação dos moldes em que será feita a regionalização, desconcentração e descentralização de serviços e competências para as autarquias, atentos os impactos que tal processo poderá ter na melhoria do acesso, da qualidade e da proximidade dos serviços públicos aos cidadãos.

A valorização dos serviços públicos e dos seus funcionários implica ainda uma aposta em áreas que, no seio da Administração Pública, há muito vêm sendo descuradas, como a segurança e saúde no trabalho e a formação profissional.

É necessário e urgente dotar as entidades com competências no âmbito da prevenção e fiscalização da legislação em vigor relativa à segurança e saúde no trabalho de todos os meios necessários para o cabal desempenho das suas funções e, desse modo, aumentar a prevenção e dar maior eficácia na reparação dos acidentes de trabalho.

É urgente e necessária a implementação de um programa de formação inicial e contínua que responda às necessidades dos trabalhadores e dos serviços.

A UGT estará solidária com os seus sindicatos da Administração Pública na defesa – por todas as formas que considerem necessárias – de todas as reivindicações que contribuam para a melhoria real das condições de trabalho e de vida dos funcionários públicos, a correcção das injustiças e sacrifícios que lhes foram impostos nos anos de austeridade e para a valorização dos serviços públicos, cientes de que tal é o caminho para garantir um crescimento mais sustentado e para a construção de um País mais justo e coeso.

25 DE ABRIL. LIBERDADE E DEMOCRACIA, RUMO A MAIS JUSTIÇA SOCIAL.

Comemorar e cumprir o 25 de Abril de 1974 é ter presente o heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), seguido do grandioso apoio e decidida intervenção popular, que derrubou o regime fascista. O processo revolucionário que se seguiu transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando numa longa e valorosa luta do povo e dos trabalhadores portugueses, realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade, consagrou direitos e impulsionou alterações políticas, económicas, sociais e culturais, consagrando-as na Constituição da República Portuguesa de 1976.

Comemorar e cumprir o 25 de Abril é aprofundar um caminho de defesa da liberdade, da prática da democracia participativa, da reposição e conquista de direitos e rendimentos, de desenvolvimento de políticas para uma mais justa repartição da riqueza, de valorização e efectivação das conquistas que a Revolução do Cravos inaugurou.

Em democracia todos temos o direito e o dever de sentirmos a nossa voz respeitada, em todos os planos de diálogo social e político. É por isso que, para a UGT, é fundamental respeitar e fazer respeitar os espaços da negociação colectiva e da Concertação Social, enquanto sedes de construção da melhoria das condições de vida e de trabalho dos portugueses, rumo a uma economia sustentável assente em mais e melhor justiça social, crescimento económico e empregos dignos.

Na defesa dos valores de Abril, na defesa do nosso Estado de Direito Democrático e do papel central que os sindicatos têm e devem continuar a ter no nosso País, a UGT marcou de novo presença nas comemorações do Dia da Liberdade, celebrando as conquistas de Abril, incluindo a liberdade e a pluralidade sindicais, conquistadas pela e através da criação da nossa Central.

25 de Abril, Sempre!

1º DE MAIO. CELEBRAR OS TRABALHADORES. PROMOVER A COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL.

No ano em que a UGT celebra os seus 40 anos de existência ao serviço dos trabalhadores portugueses, da democracia e da pluralidade sindical, este 1º de Maio não deixa de estar profundamente marcado pelos trágicos acontecimentos que fustigaram o País no Verão passado.

A UGT, desde o primeiro momento, assumiu a sua responsabilidade em estar ao lado das populações afetadas, contribuindo activamente para a recuperação do tecido económico e social das regiões afectadas pelos incêndios e exigindo uma política integrada de coesão social e territorial.

A UGT tem vindo a promover iniciativas descentralizadas de forma a promover e a potenciar a recuperação destes territórios e a realização do 1º de Maio em Figueiró dos Vinhos é certamente um momento alto de expressão da nossa solidariedade, apoio e intervenção.

Por tudo isso, mas também por nos encontrarmos num momento em que é determinante prosseguir e aprofundar a viragem de políticas dos últimos anos, deixando definitivamente para trás os anos de dura austeridade, é importante que os Sindicatos, Uniões e Federações da UGT se mobilizem em torno desta celebração.

A 1 de Maio, todos os caminhos vão dar a Figueiró dos Vinhos!

VIVA O 1º DE MAIO!

UGT EM TONDELA. UGT NÃO ESQUECE!

A UGT, seguindo o mote “UGT NÃO ESQUECE”, agendou, nomeadamente no quadro das comemorações do seu 40º Aniversário, um conjunto de iniciativas e reuniões dos seus Órgãos um pouco por todo o País.

A UGT tem tido um papel importante em todas as sedes em que intervém, incluindo em sede de concertação social, com a introdução e discussão das questões do interior na agenda política e do diálogo social, tendo em vista não apenas a resposta imediata às populações na sequência dos dramáticos incêndios do Verão passado, mas ainda a construção de um quadro de políticas mais integrado e eficaz para afrontar aqueles que são os défices estruturais

existentes, e que se arrastam no tempo, não esquecendo áreas fundamentais como o emprego, a fiscalidade, o ordenamento do território ou a revalorização dos serviços públicos.

Mas a UGT tem ainda procurado adoptar uma estratégia de cada vez maior proximidade com os territórios do interior, cientes de que a nossa presença é sentida de forma muito positiva pelas populações e que, enquanto parceiro social, essa mesma presença contribui, por si, para não deixar cair a temática da valorização do interior e promover o debate e a acção sobre as persistentes desigualdades e assimetrias sociais, económicas e territoriais do País.

Temos bem presente que a solidariedade e a proximidade são fundamentais, mas que não são suficientes se quisermos afrontar de facto os problemas que os cidadãos e as organizações vivem no interior.

E a UGT tem apresentado conjunto de propostas em domínios como o reforço dos apoios à mobilidade e à fixação de trabalhadores, a maior proximidade dos serviços públicos ou a melhoria das condições para a instalação de empresas geradoras de empregos de qualidade.

Reconhecendo a importância que a área fiscal terá sempre para garantir melhores resultados das políticas públicas, a UGT defende nomeadamente a diferenciação fiscal em sede de IRS para os trabalhadores que se fixem nos territórios do interior e, em sede de IRC, uma maior redução das taxas para novas empresas nos primeiros anos da sua instalação.

Estas são medidas que deverão estar sempre associadas a um esforço de criação de emprego permanente, na medida em que sabemos que a precariedade penaliza a demografia, as qualificações e a própria sustentabilidade do desenvolvimento, problemas que assumem um particular acuidade nas regiões do interior.

A presença hoje em Tondela é mais um importante momento em que a UGT deixa clara a prioridade dada a estes temas e a aposta que fazemos na aproximação às pessoas e aos seus reais problemas, envolvendo e chamando para este desafio o poder político e as organizações da sociedade civil.

Mais uma vez, devemos salientar o acolhimento extremamente positivo que estas iniciativas têm tido por parte dos responsáveis locais, dos trabalhadores e da população dos territórios por que temos passado. Em Tondela tal continua a ser um facto irrefutável.

Este acolhimento apenas reforça a determinação da UGT em prosseguir este trabalho de proximidade e de alerta para a centralidade, para a necessidade e para a urgência da construção de um País - territorial e socialmente - mais coeso e mais justo.

Poderão estar certos de que a UGT continuará a estar na primeira linha desta luta:

Para que o interior não seja esquecido!

Porque o sindicalismo também é solidariedade!

Por que o sindicalismo também significa soluções!

O Secretariado Executivo

27 de Abril de 2018